Copyright © 2016 Jacqueline Hermann e William de Souza Martins (Organizadores)
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida sob quaisquer meios existentes sem autorização por escrito dos editores e autores.

EDIÇÃO Thayssa Martins
REVISÃO Jacqueline Hermann e William de Souza Martins
FOTOS DE CAPA Museu do Oratório / Instituto Cultural Flávio Gutierrez por Poliana Reis
CAPA Karina Tenório
DIAGRAMAÇÃO Paula Guimarães, Elisa Paula Cardoso e Caroline da Silva
IMPRESSÃO E ACABAMENTO Gráfica Multifoco

PODERES DO SAGRADO: Europa católica, América Ibérica, África e Oriente portugueses (séculos XVI-XVII)
HERMANN, Jacqueline. MARTINS, William de Souza

1ª Edição
julho de 2016
ISBN: 978-85-5996-217-8

P742

Poderes do sagrado: Europa católica, América Ibérica, África e Oriente portugueses (séculos XVI – XVIII) / organizadores Jacqueline Hermann, William de Souza Martins. – Rio de Janeiro, RJ. Multifoco, 2016.

462 p.

ISBN 978-85-5996-217-8

1. Religião. 2. Política. 3. História. I. Hermann, Jacqueline, org. II. Martins, Willian de Souza, org. III. Título

CDD 322.1

Editora Multifoco
Flaneur Edição, Comunicação, Comércio e Produção Cultural LTDA.
Av. Henrique Valadares, 17b - Centro
20231-030 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.:(21) 3958-8899
contato@editoramultifoco.com.br
www.editoramultifoco.com.br

Scanned by CamScanner

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Renovando um tema 13
Laura de Mello e Souza

PARTE I - PENÍNSULA IBÉRICA

Política e profecia: resistência antonista e a difusão do sebastianismo na Europa (1578-1598) 21
Jacqueline Hermann

Um 'apócrifo' de Vieira: discursos sebastianistas, leitura de impressos e circulação de manuscritos (séc. XVII-XVIII) 53
Luís Filipe Silvério Lima

Os agentes do Santo Oficio português na corte dos Habsburgo 85
Ana Isabel López-Salazar

Conectando vivos e mortos nos territórios da expansão ibérica: religião e ritual entre os doadores da Misericórdia do Porto (1500-1700) 111
Isabel dos Guimarães Sá

Conventos femininos e religiosidade subvertida: Évora séculos XVII e XVIII 139
Isabel M. R. Mendes Drumond Braga

PARTE II - ENTRE A EUROPA CATÓLICA E A AMÉRICA IBÉRICA

Ambivalências identitárias no Pernambuco *post bellum*: os judeus "que se deixaram ficar" após a expulsão dos holandeses 173
Ronaldo Vainfas

Scanned by CamScanner

Jacqueline Hermann &
William de Souza Martins
Organizadores

Poderes do Sagrado

Europa católica, América ibérica, África e Oriente portugueses (séculos XVI-XVIII)

Prefácio de Laura de Mello e Souza

Multifoco

EDITORA MULTIFOCO
Rio de Janeiro, 2016

Scanned by CamScanner

CONECTANDO VIVOS E MORTOS NOS TERRITÓRIOS DA EXPANSÃO IBÉRICA:

RELIGIÃO E RITUAL ENTRE OS DOADORES DA MISERICÓRDIA DO PORTO (1500-1700)

Isabel dos Guimarães Sá

Dia 18 de abril de 1621, um domingo a seguir à Páscoa. Os pobres apinhavam-se no pátio da Misericórdia do Porto à espera das suas esmolas; trovejava, e eis senão quando um raio caiu no campanário da igreja adjacente iluminando todos os presentes por uma fração de segundo. Ninguém se feriu, entre os quatrocentos homens, mulheres e crianças que lá estavam: "E quis Nosso Senhor por sua misericórdia que nenhuma pessoa perigasse nem recebesse dano algum tremendo a igreja e caindo muita caliça das juntas, e alguns pedaços de pedra caíram no pátio e outros na rua que todos os circunstantes viram". Menos sorte teve a vizinha catedral da cidade, onde um raio, entrado não se sabe de onde, danificou o frontal do altar da capela mor e uma imagem de S. João Baptista do seu retábulo. A reação dos mesários foi de organizar uma procissão em que participariam todos os irmãos e os capelães da confraria: "...e logo se ordenou em mesa se fizesse uma procissão com brevidade e com toda a irmandade e capelães na forma costumada e que fosse a imagem do *Ecce Homo* com sua ladainha e pregação na casa pelas necessidades do tempo ..." [1].

Neste episódio fica clara a capacidade performativa da misericórdia enquanto prestadora de serviços rituais. Alguns, como este que começamos por abordar, de criação própria; outros, a grande maioria, como executora de rituais encomendados por terceiros, pelos doadores, isto é, dos benfeitores que, a título póstumo ou em vida, concederam recursos econômicos à misericórdia em troca de contrapartidas várias. Destinadas a alcançar a salvação eterna, as

1 Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto (AHSCMP). Série D, banco 8, livro 4, "Assento que se fez por memória do raio que deu no campanário do sino desta casa", fl. 315.

Scanned by CamScanner

doações *ante* ou *post-mortem* preconizavam ações potenciadoras do perdão de pecados dos seus autores, quer sob a forma de cerimônias litúrgicas, quer de esmolas aos pobres, que a confraria consignava na prática das sete obras de misericórdia corporal.

Muito embora a misericórdia do Porto, à semelhança das suas congêneres, tivesse como *leitmotiv* a caridade para com os pobres, a verdade é que os recursos da confraria se destinavam maioritariamente a rituais da liturgia católica relacionados com o culto dos mortos, e que as obras de caridade eram desempenhadas com base nos excedentes destes últimos. Ou seja, os recursos destinados aos pobres correspondiam ao que sobrava depois de a confraria celebrar todos os rituais encomendados pelos defuntos nos seus testamentos ou escrituras de doação. No caso vertente apuramos para a segunda metade do século XVII, mais concretamente para o ano de 1666, uma renda anual de 5.631.878 reis, dos quais 2.804.266 eram gastos em rituais da liturgia católica relacionados com assistência aos defuntos, o que corresponde sensivelmente a metade das rendas anuais (49,8%)[2]. É importante tê-lo em mente, uma vez que os principais beneficiários desse capital eram os numerosos padres e capelães da cidade, quer os da misericórdia, quer os padres seculares, ou, sobretudo, os membros das ordens religiosas mendicantes. No Porto, ao longo dos séculos XVI e XVII, o grosso das missas de obrigação esteve a cargo destes últimos, limitando o número de capelães da misericórdia, que reduzia os seus serviços à execução das vontades dos defuntos, com todos os encargos administrativos e financeiros que esta comportava, bem como, em muitos casos, ao acompanhamento do funeral do defunto. Por outro lado, a distribuição das missas pelas diferentes igrejas das ordens religiosas ajudou a alcançar um equilíbrio entre a misericórdia e as instituições religiosas da cidade, evitando ulteriores fricções entre os intervenientes no negócio da salva-

2 AHSCMP, Série H, banco 6, livro 2, "Livro do Governo da Misericórdia feito por Nuno Barreto Fuseiro em 1666". Embora não exclusivamente, estes totais baseiam-se nos dados contidos neste livro, através do qual a confraria pretendeu sistematizar a sua vida económica, fazendo o ponto da situação relativamente às suas rendas e patrimônio, e às obrigações que detinha. Não foi o primeiro esforço deste género que a Mesa da confraria efetuou, existindo livros semelhantes pelo menos a partir de 1609, embora com caráter esporádico. A natureza variável de rendas e obrigações fazia com que os mesários tivessem de efetuar esforços de atualização constantes; não só era difícil rastrear todas as propriedades urbanas e rurais da Misericórdia, como os ingressos na confraria seriam sensíveis a variações anuais, derivadas de dificuldades de cobrança, mudanças de locatários, etc.. No caso vertente, seguimos o mais conhecido e mais bem elaborado desses resumos, da autoria do irmão Nuno Barreto Fuseiro, completando-o com informações de outras proveniências. Os totais apresentados são obviamente aproximativos, e destinam-se a fornecer ordens de grandeza. Estes valores representam também um ponto de chegada, uma vez que em 1666 a confraria possuía já um acúmulo significativo de doações.

Scanned by CamScanner

ção, que, como se sabe, reagia mal a monopólios[3].

A metade que sobrava dos rendimentos da misericórdia destinava-se aos pobres, mas nem sempre de forma direta. Embora irmãos, mesários e o provedor assegurassem um sem número de tarefas a título voluntário e *pro bono* (escrituração, tesouraria, reuniões, presença em cortejos fúnebres, acompanhamento de defuntos, etc.) havia que administrar os hospitais, pagando a todos os que neles trabalhavam (enfermeira/os, hospitaleira/os, cirurgiões, sangradores, médicos, capelães). A confraria contratava ainda serviços jurídicos e procuradorias, para fazer face a demandas judiciais, ou para tratar de negócios na corte. Ou seja, a gestão do quotidiano da misericórdia e das instituições que dela dependiam dava azo à contratação de um número elevado de funcionários pagos. No caso da misericórdia do Porto, o compromisso de 1646 menciona cirurgiões, médicos, capelães, moços de capela, serventes do azul, solicitadores, e pedidores de esmola[4]. Alguns deles, inclusivamente, vestidos e alimentados por ela. E cabe também frisar que, destes últimos, uma fatia substancial se destinava justamente ao desempenho de funções rituais (capelães, músicos, moços de capela, etc.).

Foi a partir das doações dos fiéis que a confraria construiu o patrimônio de onde provinham as rendas para fazer face a todas essas despesas; foram raras as doações em vida, quando contrapostas aos legados testamentários e heranças. O capital da misericórdia era constituído por censos em propriedades rurais e urbanas, por bens de raiz, que forneciam rendas em espécie e gêneros, bem como por rendimentos de padrões de juro comprados com dinheiro. Este último provinha da venda de imóveis – quando os doadores não os vinculavam –, de heranças em dinheiro líquido, ou ainda da venda em leilão de bens móveis dos defuntos. Pode-se dizer que os doadores foram a principal fonte de rendimento da misericórdia do Porto; temos em curso o seu levantamento para o período compreendido entre os inícios da confraria e o final do século XVII, num total apurado de 257 casos[5].

3 REIS, João José. *A Morte é uma Festa. Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 321. Juntamente com o livro de Ana Cristina Araújo, e não obstante ficarem períodos cronológicos posteriores ao que tratamos aqui, continuam a ser a obras de referência sobre a morte no que toca a Portugal ou territórios sob sua influência (ARAÚJO, Ana Cristina. *A Morte em Lisboa - Atitudes e Representações 1700-1830*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997).

4 *COMPROMISSO da Misericórdia do Porto [1646]*. Coimbra: no Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1717, p. 41.

5 A confraria surgiu em 1498, embora tenha absorvido três doações *post-mortem* anteriores a essa data, que beneficiavam antigos hospitais medievais que a misericórdia veio a incorporar posteriormente. Conservamo-las na base de dados uma vez que contribuíram para a construção do seu patrimônio. Em contrapartida, a nossa observação teve como data limite final o ano de 1699.

Scanned by CamScanner

Concentrar-nos-emos sobretudo nos rituais desempenhados pela misericórdia do Porto em relação a estes doadores; cabe precisar que na sua maior parte diziam respeito a cerimônias litúrgicas católicas relacionadas com o culto dos mortos. No sentido de Rappaport, que usaremos aqui, a liturgia corresponde a uma sequência de rituais que instituem uma ordem[6]. São sequências de atos mais ou menos invariáveis, que tem caráter de ordens no sentido literal do termo, e ordenam o caos; encontram-se já codificadas e estabelecidas no momento em que o seu *performer* as desempenha. Quando falamos de liturgias temos alguma dificuldade em decompô-las nas partes que as formam, bem como em compreender as suas lógicas, a juntar à enorme variabilidade local dos usos litúrgicos, embora a tendência fosse no sentido de os uniformizar a partir do Concílio de Trento. Mas, se pensarmos bem, essa complexidade da liturgia é um dado importante do problema: a transparência não era um objetivo, mas sim a procura de efeito. O participante de um ritual não tem de o compreender nas suas partes de forma racional, mas deve entregar-se a ele.

Cabe frisar que existe a ideia entre os historiadores de que a caridade, mesmo quando feita diretamente aos pobres, se fazia de forma ritual, na medida em que era sacralizada[7]. No caso das misericórdias portuguesas, as esmolas davam-se muitas vezes à porta dos consistórios respectivos, em dias certos ou em ocasiões festivas, por mão do provedor e dos mesários, como no episódio com que abrimos este capítulo; as dotadas eram escolhidas através de um sorteio precedido de uma oração ao Espírito Santo; uma das obrigações para com os presos consistia em providenciar para que estes assistissem à missa nos domingos e dias santos; as misericórdias celebravam várias festas e dias santos ao longo do ano; os defuntos, por mais pobres que fossem, tinham direito a encomendação da alma e uma missas rezada, etc. Poderíamos multiplicar exemplos, mas a conclusão é a de que as práticas de caridade da misericórdia tinham uma forte componente ritual. Todavia, propusemo-nos estudar apenas os rituais encomendados pelos testadores no que diz respeito a cerimônias do culto católico.

Feitas estas observações iniciais, o meu propósito específico é o de chamar a

6 RAPPAPORT, Roy A. *Ritual and Religion in the Making of Humanity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 169.

7 Sobre práticas de caridade analisadas segundo esta perspectiva, FLYNN, Maureen. *Sacred Charity: Confraternities and Social Welfare in Spain. 1400-1700*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1989.

Scanned by CamScanner

atenção para a materialidade do ritual. Se o sentido não é materializável, ou seja, tem efeitos nas emoções de quem nele participa, qualquer ritual apresenta uma materialidade que lhe é inerente. Não há rituais imateriais. O ritual transforma os elementos que o compõem. Em primeiro lugar, transforma o tempo, delimitando-o e sacralizando-o, suspendendo-o em relação aos tempos considerados normais. Em segundo, necessita de espaços próprios, ou transformados para assinalar um tempo fora do tempo através de um espaço que é propositadamente usado como lugar do ritual. No caso dos rituais que analisaremos, pode existir um espaço sagrado exclusivo, a capela com lugar de sepultura, que o defunto recortava no interior das igrejas para si e para a sua família através de uma transferência de bens de valor elevado. Por último, temos os objetos do culto, que conhecemos por alfaias litúrgicas, cujo uso é exclusivo do ritual. Os rituais convocam os cinco sentidos de quem neles participa: ouvido (música), visão (luz e cor), olfato (incenso, cheiro a cera queimada), tato (por sugestão visual a maior parte das vezes, neste caso refiro-me aos têxteis em particular, as sedas e veludos das vestes litúrgicas), paladar (comida e bebida). Naturalmente, que alguns sentidos são mais usados nos rituais do baixo corporal, ou seja, nos rituais profanos, mas, como veremos, eles não estão ausentes dos rituais relacionados com os doadores, que são, por inerência, religiosos[8].

O Porto nos séculos XVI e XVII

O Porto dos séculos XVI e XVII pode ser considerado, quando comparado com as grandes urbes deste período, como Nápoles ou Lisboa, uma cidade de pequena-média grandeza[9]. A sua população cifrava-se nos treze mil habitantes em 1527 e dezesseis mil em 1623; só em finais do século seguinte chegaria às

8 Sobre o baixo corporal e os rituais associados a festas profanas, BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento no Contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1987, sobretudo o capítulo "O Baixo Material e Corporal em Rabelais", p. 323-383.

9 Sobre a história da cidade no período moderno, SILVA, Francisco Ribeiro da. Tempos Modernos. In: RAMOS, Luís A. de Oliveira (Org.). *História do Porto*, 3a ed. Porto: Porto Editora, 2000, p. 256-375., 256-375; Idem. *O Porto e o seu termo (1580-1640): os homens, as instituições e o poder*. Porto: Câmara Municipal-Arquivo Histórico, 1988. 2 v.; BARROS, Amândio Jorge Morais. *Porto: a construção de um espaço marítimo nos alvores dos tempos modernos*. 2004. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto; FERREIRA, Joaquim Albino Pinto. *Visitas de saúde às embarcações entradas na barra do Douro nos séculos XVI e XVII*. Porto: Câmara Municipal, 1977.

Scanned by CamScanner

cinco dezenas de milhar[10]. Era uma cidade portuária, de província, periférica em relação aos maiores centros populacionais da época durante a Idade Moderna, mas à qual a atividade marítima conferia algum cosmopolitismo, atestado pela emigração para a Ásia e depois para o Brasil, e pela presença de negociantes estrangeiros na cidade. Com efeito, dos 257 doadores estudados, 52 evidenciam uma ligação aos impérios ibéricos, de onde escreveram os seus testamentos, ou onde permaneceram algum tempo. Outros, embora não tendo saído do Reino, evidenciam essa ligação através do consumo de bens de consumo exóticos cuja posse os seus inventários *post-mortem* documentam (cocos das Maldivas, bezoares, porcelanas chinesas, sedas e catres indianos, etc.), ou escravos de diversas proveniências (africanos, mas também asiáticos). Temos também dois estrangeiros entre estes doadores, um francês e um biscainho.

Faço aqui um breve parêntesis para precisar que a cidade do Porto no período aqui considerado não é ainda o do vinho proveniente da bacia do rio Douro que a irá transformar a partir de finais do século XVII e sobretudo ao longo do século XVIII, ainda que a sua exportação tenha reforçado o seu caráter portuário, presente desde o início do burgo. Embora o vinho fosse já exportado para Inglaterra em meados do século XVII, é no século seguinte que conhecerá pleno desenvolvimento, transformando-se no principal produto transacionado[11].

Os doadores da Misericórdia do Porto: uma identificação sumária

Os rituais aqui considerados dizem respeito a todos os doadores da misericórdia do Porto nos séculos XVI e XVII, um conjunto de 257 pessoas que legaram à confraria parte ou a totalidade dos seus bens. Trata-se ainda de um trabalho em elaboração, uma vez que constantemente são adicionados novos elementos à base de dados, construída a partir de informações retiradas de mais de uma centena de livros do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto. O fato de a informação se encontrar dispersa em muitos livros faz com que seja sempre possível rastrear novos dados, que alteram os resultados obtidos.

10 SILVA, Francisco Ribeiro da. Tempos Modernos. *Op. cit*, p. 265.

11 SILVA, Francisco Ribeiro da. Do Douro ao Porto : o protagonismo do vinho na época moderna. *Douro – Estudos & Documentos*, Porto, v. 1, n. 20, p. 93–118, 1996.

Scanned by CamScanner

Vou fazer uma caracterização deste grupo em pincelada larga, sempre tendo o cuidado de tomar os dados apurados como provisórios. Em primeiro lugar, cabe frisar que temos 91 mulheres e 139 homens, enquanto em 27 casos marido e mulher testam conjuntamente "de uma só mão". Ou seja, um terço destes doadores são mulheres que dispuseram dos seus bens de forma autônoma, solteiras (7), casadas (13) ou viúvas (51). As restantes 16 muito provavelmente eram solteiras também, uma vez que as fontes tendem a referir o estado de viúva ou casada sempre que ele se verifica. A presença elevada de mulheres confirma o seu estatuto de proprietárias plenas dos seus bens, uma informação que confirma outros estudos. Na Misericórdia como noutros lados, as mulheres estavam em igualdade perante os homens quando se tratava de dispor da sua propriedade, ou de instituir obrigações de culto. Darlene Abreu-Ferreira observou que a posse da terra conferia às mulheres portuguesas uma grande autonomia, mesmo no estado de casadas[12]. Por outro lado, é um fato que as orações e outras práticas de culto valiam tanto como as dos homens quando praticadas por mulheres[13], e o mesmo se poderia dizer das missas e outras cerimônias litúrgicas que instituíam na misericórdia do Porto.

Já entre os homens o clero surge com particular destaque, pelo número elevado de padres que testaram a favor da misericórdia (34). No caso dos eclesiásticos é patente a divisão entre clero secular e regular, uma vez que à face da lei só os primeiros podiam testar, embora tenhamos a exceção de um frade que obteve licença para o fazer, contra as regras que o proibiam[14]. Este grupo fez-se notar também por ter concedido mais atenção aos recursos deixados para obras de caridade para com os pobres do que os leigos, com particular incidência na instituição de dotes de casamento para raparigas pobres e órfãs, e de resgates para cativos no Norte de África.

No que respeita à ocupação socioprofissional destes doadores, observemos o quadro 1, que nos dá uma ideia, ainda que parcelar (e provisória), do tipo de pessoas que incluíam a misericórdia nos seus testamentos. Ele diz respeito às ocupações profissionais dos doadores da Misericórdia do Porto, e, uma vez que

12 ABREU-FERREIRA, Darlene. *Women, Crime and Forgiveness in Early Modern Portugal*. Farnham: Aldershot, 2015, p. 52, 180.

13 LACQUA-O'DONNELL, Simone. Catholic Piety and Community. In: BAMJI, Alexandra; JANSSEN, Geert and LAVEN, Mary (Eds.). *The Ashgate Companion to the Counter*-Reformation. Farnham: Ashgate, 2013, p. 293-294.

14 ARAÚJO, Ana Cristina. *A Morte em Lisboa. Op. cit*, p. 87.

Scanned by CamScanner

as mulheres raramente desempenham uma atividade profissional, optou-se por considerar as atividades exercidas pelo seu familiar homem mais próximo referenciado: o marido, o pai, ou até um irmão.

Quadro 1: Ocupações profissionais dos doadores da misericórdia do Porto

SECTOR SECUNDÁRIO	Artesãos	22
SECTOR TERCIÁRIO	Mercador/artesão	2
	Mercadores	18
	Pequenos comerciantes	4
	Militares	5
	Mareantes	2
	Notários	3
	Escrivães/feitores	3
	Licenciados/juristas	8
	Eclesiásticos	34
	Outros serviços	1
TOTAIS		102

Percentagem da amostra sobre o total: 102/257: 39,7%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos livros da série H do AHSCMP

Podemos falar de camadas intermédias da população típicas de um centro provincial de alguma envergadura, mas com reduzidos contatos com o centro político[15]. Por outras palavras, o Porto, ao contrário de Évora, Santarém, e Lisboa, não era uma cidade de corte (ainda que o nosso período abranja os oitenta anos da União Dinástica, em que nenhuma das cidades apontadas o foi). De qualquer das formas, antes de 1580 e depois de 1640, a realeza pouco visitou o Porto. Em 1580, inclusive, foi palco de um episódio da luta que opôs o prior do Crato a Filipe II, tendo as tropas do primeiro estanciado na cidade, com consequências

15 Sobre a estrutura social da cidade neste período, vejam-se BRITO, Pedro de. *Patriciado urbano quinhentista: as famílias dominantes do Porto, 1500-1580*. Porto: Câmara Municipal-Arquivo Histórico, 1997 e SILVA, Francisco Ribeiro da. *O Porto e seu termo*. *Op. cit*, 1988.

Scanned by CamScanner

nefastas para um ou outro portuense que o tenha apoiado abertamente[16]. Em suma, podemos afirmar que os doadores da confraria manifestam uma composição social diversificada e transversal a todas as camadas da população urbana que possui alguma coisa de seu. A confirmar o caráter urbano da instituição, a ausência de lavradores entre os doadores, embora estes possuíssem e legassem terra: a misericórdia herdou quintas, e também recebia rendas em gêneros e dinheiro provenientes de censos. Em comum, estes doadores detêm, na sua grande maioria, domínio sobre a escrita, pelo menos no que aos homens diz respeito.

Já no que toca ao estatuto social, confirmam o pendor para se posicionarem entre elites da cidade, formadas por alguns fidalgos, nobres, e um número superior de cidadãos. A categoria de cidadão dizia respeito a homens que detinham privilégios de vária ordem (eram presos em casa, não estavam sujeitos à tortura, podiam usar armas, beneficiavam de isenções fiscais entre vários outros), conferidos ou sancionados pelo rei, que, embora não sendo nobres, tinham um estatuto aproximado ao da nobreza, e que por vezes se confundia com este[17]. Fidalgos e nobres podiam ser também cidadãos (e eram-no muitas vezes, embora alguns doadores, provenientes do setor do comércio ou até do artesanato também o fossem). Era nestes grupos que se recrutavam os irmãos da misericórdia, embora segundo a separação binária habitual nas misericórdias: os de "primeira qualidade", correspondiam aos nobres e fidalgos, enquanto os de segunda qualidade agregavam as elites das ocupações artesanais e os mercadores, estes últimos podendo, como dissemos, ostentar o título de cidadãos. Os dados recolhidos até agora rastrearam 12 fidalgos, 24 cidadãos e 18 irmãos da misericórdia, mas nenhum detentor de títulos nobiliárquicos, de resto praticamente inexistentes na cidade para este período; no que toca a pertença às ordens militares, aparecem apenas quatro cavaleiros da Ordem de Cristo. Entre as 91 mulheres, 21 são referidas como donas, o que remete para cerca de um quinto do seu total. De onde se conclui que a presença de pessoas de estatuto social elevado entre os doadores de ambos os sexos é forte, mas não exclusiva, nem sequer maioritária. Estamos em presença de elites urbanas, muito embora estas sejam maioritariamente compos-

16 SILVA, Francisco Ribeiro da. *O Porto e seu termo*. *Op. cit*, 1987, v. I, p. 488; v. II, p. 783-786.

17 SILVA, Francisco Ribeiro da. Tempos Modernos. *Op. cit*, 2000, p. 323-327.

Scanned by CamScanner

tas por grupos que, do ponto de vista relativo, quando comparadas com as elites de centros urbanos de primeira grandeza, próximas da corte, não ultrapassariam as camadas intermédias da população, com uma ou outra exceção.

Antes de prosseguir, uma ressalva importante se impõe. Embora não o demonstremos aqui com dados concretos, a maior parte dos doadores corresponde a indivíduos sem herdeiros. Embora todos pudessem testar a favor da misericórdia, em pequenos legados ou até em terças de alma, o doador preferido da confraria, porque mais apetecível do ponto de vista patrimonial, era aquele que não detinha herdeiros forçados à data da morte. A definição legal destes últimos era clara, correspondendo a parentes próximos que tinham necessariamente de herdar, e que a lei restringia a ascendentes ou descendentes direitos, isto é, pais ou filhos. Na sua ausência, as fortunas legadas tendiam a tornar-se mais apetecíveis, até porque não havia partilhas a fazer com os parentes do defunto. Em teoria, porque na prática foram raras as grandes fortunas que não deram origem a causas de justiça, algumas delas morosas. Em todo o caso, é importante frisar que, pelo menos no caso do Porto, os doadores que mais contaram na construção do patrimônio da misericórdia foram aqueles que puderam dispor livremente do que era seu.

A evolução do patrimônio da confraria e o papel dos doadores ligados aos territórios de expansão ibérica

Em pincelada igualmente larga, façamos uma breve excurso pela evolução do patrimônio da misericórdia do Porto até aos inícios do século XVIII. Se a confraria foi fundada por ordem régia em 1499, é um fato que antes de 1521 parece ter medrado num limbo, sem que até então as elites da cidade se empenhassem a sério na sua prosperidade[18]. Em 1521, D. Manuel incorporou na misericórdia alguns dos hospitais medievais da cidade, o que provavelmente significou uma injeção de capital importante, uma vez que a confraria passou a receber as rendas das propriedades respectivas, embora essas estas tivessem valores já mui-

18 MACHADO, Maria de Fátima. *O Central e o Local. A Vereação do Porto de D. Manuel a D. João III*. Porto: Edições Afrontamento, 2003, p. 204; e IDEM. *Os órfãos e os enjeitados da cidade e do termo do Porto (1500-1580)*. 2010. Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, p. 18.

Scanned by CamScanner

to depreciados pelo tempo, uma vez que remontavam aos séculos XIII e XIV[19].

Foram as grandes doações da segunda metade do século XVI a fazer a diferença, sobretudo porque aqueles que as fizeram instituíram contra doações que estruturaram a personalidade assistencial e devocional da Casa[20]. Entre esses doadores avultam as figuras de D. Manuel de Noronha, bispo de Lamego (m. 1564-08-31), o primeiro a instituir dotes anuais para casar órfãs pobres na Misericórdia do Porto, tendo tido o cuidado de elaborar um regimento para a sua atribuição cuja influência perduraria na atividade dotal da Santa Casa pelos séculos seguintes[21]. Mas há outros: António Fernandes "o Soldado" (1575-05-24), falecido em Chaúl; António Monteiro, mercador falecido em Macau (1580-04-12); o capitão Diogo Ferreira, que constituíra fortuna em Quito mas falecera em Sevilha (1581-07-27); e finalmente Manuel Fernandes de Calvos, falecido em Ormuz (1582-08-17)[22]. Estes cinco casos apresentam várias características comuns: em primeiro lugar, todos dotavam a casa com uma renda igual ou superior a quarenta mil réis anuais, quando a média das doações na primeira metade do século XVI andava abaixo dos mil réis anuais; eram solteiros e não declaravam herdeiros forçados que pudessem contender as heranças que doavam à misericórdia; quatro deles tinham feito a sua fortuna nas terras do Império português ou espanhol, excetuando o caso do bispo de Lamego, D. Manuel de Noronha, por sinal o que deixou a renda mais baixa, correspondente a 40 mil réis anuais.

Em 1584, dá-se o grande momento de viragem na construção do patrimônio da confraria. D. Lopo de Almeida, fidalgo da alta aristocracia da corte, nascido em Lisboa, radicado em Madri depois de amplamente recompensado por Filipe II em honras, mas sobretudo rendas, pelo papel desempenhado no processo de unificação das coroas ibéricas, deixou toda a sua fortuna à misericórdia do Porto. Era uma fortuna gigantesca, multiplicada pelo próprio através do trato co-

19 BASTO, Artur de Magalhães. *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, 2a ed. Porto: Santa Casa da Misericórdia, 1997, v. 1, p. 296.

20 O trabalho de referência sobre o dom é MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a Dádiva*. Lisboa: Edições 70, s.d.

21 MACHADO, Maria de Fátima. *O central e o local*. *Op. cit*, p. 283.

22 Datas correspondem à feitura dos testamentos. Vejam-se estes casos, todos em AHSCMP: Manuel de Noronha – série H, banco 6, livro 3, fl. 343, e livro 36, fl. 194; António Fernandes – série H, banco 6, livro 17, fl. 41, e livro 3 fl. 42; António Monteiro – série H, banco 6, livro 3, fl. 216 e livro 1, fl. 164; capitão Diogo Ferreira – série H, banco 6, livro 17, fl. 33, e livro 3, fl. 56; Manuel Fernandes de Calvos – série H, banco 6, livro 3, fl. 211; livro 17, fl. 51. Alguns destes doadores foram estudados por FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e. *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, vol. III. Porto, Santa Casa da Misericórdia, 1995.

Scanned by CamScanner

lonial e do empréstimo de capitais numa atividade que não andava muito longe da do financeiro[23]. Sem herdeiros, deixou tudo à misericórdia do Porto que pôde construir com o seu nome um novo e grande hospital, segundo os novos padrões do período moderno. Pela sua escala, as rendas de D. Lopo eram inclusivamente objeto de escrituração própria nos livros da irmandade[24].

Com exceção dos dois eclesiásticos, D. Manuel de Noronha, bispo de Lamego e D. Lopo de Almeida, todos os outros cinco doadores tinham em comum a constituição das fortunas respectivas em territórios da expansão. Mesmo D. Lopo constitui um caso singular, uma vez que, apesar de padre e confessor de Filipe II de Espanha, exerceu um papel ativo como financeiro, e constituiu o grosso da sua fortuna fora do Reino. Em suma, e para sintetizar este breve excurso pela história patrimonial da casa até 1584, todas as fortunas que alavancaram o arranque da confraria não foram constituídas no do Porto e seu termo. As grandes heranças recebidas pela misericórdia, com algumas exceções, serão, neste período como até finais do século XVII, constituídas fora do território metropolitano.

As ligações aos territórios da expansão transoceânica consubstanciavam-se em várias modalidades possíveis:

a) o doador vivia num dos territórios da expansão ibérica, de onde testou a favor da misericórdia e onde faleceu; era geralmente solteiro, possuindo, em alguns casos, filhos naturais;
b) passou parte da sua vida num destes impérios, de onde voltou;
c) embora residisse no Porto, tinha negócios transoceânicos que envolviam as Américas, a África ou a Ásia;
d) a presença do doador ou de um seu familiar não é atestada pelas fontes disponíveis em qualquer um dos lugares ultramarinos, mas o seu inventário *post-mortem* menciona objetos de proveniência colonial ou escravos.

Duas ressalvas se impõem a este esquema: a primeira é a de que este gru-

23 DESSERT, Daniel. O financeiro. In: VILLARI, Rosario (Dir.). *O Homem Barroco*. Lisboa: Editorial Presença, 1995, p. 62.

24 Cf. AHSCMP, Série H, banco 6, livro 8, fl. 133. Magalhães Basto dedica a este doador o vol. II da sua História da Santa Casa da Misericórdia do Porto (BASTO, Artur de Magalhães. *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto. Op. cit*).

Scanned by CamScanner

po, apesar da emigração diferencial masculina para os territórios da expansão portuguesa, envolve mulheres. No caso, são mulheres de homens dados como permanecendo ou tendo morrido além mar, ou que herdaram de parentes seus com ligações coloniais. A segunda é a de que a presença de escravos domésticos é muito elevada entre os doadores, quer entre os que viviam no Porto, ou, de forma mais óbvia, nos que testaram a partir do Império. Entre os primeiros, registrava-se uma predominância de africanos, enquanto que os segundos, sobretudo entre os que viviam na Ásia, se encontra documentado um largo espectro de etnias asiáticas (chinas, japões, siões, malaios, jaos, etc.). Só num caso encontramos um emigrante de retorno que trouxe escravos asiáticos para a metrópole.

Quadro 2 – Os doadores da Misericórdia do Porto e os Impérios Ibéricos (1499-1699)

África (Angola)	2
Brasil	18
Índia	18
Índias de Castela	4
Consumo de bens exóticos	10
Total	52

Fonte: elaboração própria a partir sobretudo de livros da série H do AHSCMP.

Os doadores ligados à expansão transoceânica correspondem a 20,6 % do total dos doadores, ou seja, a cerca de 1/5. Podemos afirmar portanto que um em cinco doadores se relacionou direta ou indiretamente com os territórios da expansão oceânica portuguesa, ou, ainda que em menor grau, com a América Espanhola. Fizeram sair a confraria do limbo patrimonial em que se encontrou durante a primeira metade do século, através de uma série de doações muito substanciais, que contrastam com as pequenas doações que a confraria recebeu dos seus doadores iniciais. Ou seja, foi em grande parte devido a emigrantes, ou a portuenses ligadas aos negócios coloniais, que a confraria prosperou, sobretudo a partir das décadas de setenta e oitenta do século XVI.

Scanned by CamScanner

A procuradoria dos defuntos

O papel das misericórdias face aos emigrantes portugueses nos territórios ultramarinos era semioficial, isto é, estas confrarias assumiam o papel de procuradoras de defuntos, sobrepondo-se ao papel dos provedores dos defuntos e ausentes, ou articulando-se com eles, em relações não isentas de conflitos. Existindo em praticamente todos os lugares do Império, as misericórdias contactavam entre si, dando origem a uma correspondência entre elas, que Lisboa centralizava no que respeita a Portugal e Goa quanto à Índia. Tanto uma como outra eram locais de passagem obrigatória dos processos de herança, distribuindo em seguida as cartas pelas restantes confrarias. No seu início, a misericórdia do Porto, bem como outras misericórdias do reino, chamava a essas cartas as "Cartas da Índia", e é de ressaltar que, embora a sucessão de bens fosse o seu principal assunto das mesmas, as pessoas usavam este dispositivo para comunicarem sobre outros assuntos[25].

Como funcionava a procuradoria dos defuntos levada a cabo pelas misericórdias? O indivíduo, geralmente um homem, fazia o seu testamento, no qual tinha o cuidado de envolver uma ou mais misericórdias, deixando-lhes pequenos legados ou heranças inteiras. A misericórdia local tomava conhecimento, e fazia seguir o testamento para Lisboa. Caso o testador estivesse na Ásia, o processo passava por Goa obrigatoriamente, embora numa primeira fase essa responsabilidade tenha sido dividida com a misericórdia de Cochim. Em Portugal, a misericórdia de Lisboa fazia seguir as cartas para as terras de origem dos emigrantes, procurando rastrear e certificar os herdeiros designados pelo testador, ou aqueles que dele deviam herdar.

Seguia-se um complexo processo de transferência de capitais, sempre acidentado (porque podia envolver capitais apetecíveis) feito sobretudo através de

25 Sobre a curadoria dos ausentes, cf. MARTINS, José F. Ferreira. *História da Misericórdia de Goa*. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1910-1914, v. 2, p. 425-468. Existem referências, embora esparsas, a doadores provenientes de além-mar noutros estudos sobre misericórdias. Cf. ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima*. Ponte de Lima: Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa e de Ponte do Lima, 2000, p. 435-460; LOPES, Maria Antónia. *Pobreza, assistência e controlo social (Coimbra 1750-1850)*. Coimbra: Palimage, 2000, v. 1, p. 485-87; MAGALHÃES, António. Práticas de caridade na Misericórdia de *Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)*. Viana do Castelo, Santa Casa da Misericórdia, 2013, p. 318-332. Já o único estudo que foca as cartas da Índia em exclusivo é AMORIM, Inês. Misericórdia de Aveiro e Misericórdias da Índia no século XVII: procuradoras dos defuntos. In: *ACTAS DO I CONGRESSO INTERNACIONAL DO BARROCO*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 1991, v. 1, p. 113-37.

Scanned by CamScanner

letras de câmbio. Podia demorar anos: à duração longa das viagens, sobretudo entre Lisboa e a Ásia, adicionavam-se entraves burocráticos e ineficiências institucionais que o prolongavam, sendo que a tendência ia geralmente no sentido de reter os bens o maior tempo possível. Daí um vaivém de cartas que atravessavam oceanos, de idas do procurador da Casa à misericórdia de Lisboa para resolver as transferências. Embora as "cartas da Índia" tenham desaparecido para a maior parte das misericórdias, o papel de procuradoras dos defuntos por elas desempenhado é relevante para a estruturação do seu patrimônio e para o seu ordenamento ritual. Esta documentação parece ter desaparecido por inteiro dos arquivos da Misericórdia de Lisboa, que conserva registros sobretudo a partir do terramoto de 1755. A riqueza da documentação conservada no Porto, só nos faz sonhar com o que seria a magnitude desta documentação se ainda existisse em Lisboa. Entre estes doadores ultramarinos do Porto contam-se algumas das maiores fortunas legadas à misericórdia. Como é evidente, os portugueses que testaram a partir do Brasil tomaram o papel de primeiro plano face aos da Índia depois da primeira metade do século XVII, em tendência decrescente a partir de 1640 ou até antes. Apenas resta saber se na segunda metade do século XVII e durante o século XVIII as ordens terceiras tiveram idêntico papel na transferência de riqueza colonial para a metrópole no que diz respeito aos portugueses emigrados para o Brasil. Contudo, chegado ao século XVIII, o papel das misericórdias enquanto procuradoras de defuntos esmoreceu até desaparecer, embora em circunstâncias ainda por precisar.

De notar ainda que Ana Cristina Araújo observou que na literatura escatológica portuguesa eram abundantes as metáforas relacionadas com a viagem marítima nas quais se projetava a busca da salvação eterna. Naufrágio, cabo da Boa Esperança, porto de salvação, "golfo seguro no estreito passo da morte", "governar o navio", Cristo equiparado a uma carta de marear, entre outras, eram *topoi* recorrentes[26]. Muitos dos doadores da misericórdia do Porto haveriam de as compreender bem, confiando na confraria para uma boa viagem de regresso das suas almas e haveres.

26 ARAÚJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa*. *Op. cit*, p. 185-191.

Scanned by CamScanner

Os rituais

Todos os rituais que os doadores da misericórdia encomendavam se relacionavam com a morte. Uma primeira série ocorria no momento do funeral do defunto, e a segunda, interminável, correspondia aos sufrágios por sua alma que em teoria se realizariam até ao fim dos tempos. Na verdade, eram todos rituais de passagem, porque se destinavam a operar o trânsito do finado para o outro mundo e depois do Purgatório para o Paraíso. Este último não tinha na verdade data fixa de término, prolongando-se no tempo sem fim à vista. Misturavam-se duas componentes, que os crentes confundiam: o resgate da própria alma descontando os seus tempos no Purgatório, e o momento do Juízo Final. Na prática, ninguém sabia quantos sufrágios eram necessários para conseguir a passagem do Purgatório ao Paraíso[27]. Dessa forma, a distinção acabava por ser irrelevante. O número de missas e outras cerimônias era estipulada pelo doador e dependia da sua capacidade econômica depois de morto. Em princípio a vontade expressa pelo testador deveria ser soberana, muito embora nem sempre fosse cumprida, quer no que diz respeito ao seu funeral, quer no tocante às missas por alma. A verdade é que podia existir um desfasamento entre o que o testador preconizava e a realidade efetiva. Questões de justiça com outros herdeiros, rendimentos desvalorizados, falta de pagamentos por parte dos arrendatários, desproporção entre os serviços preconizados e os rendimentos disponíveis, entre muitos outros obstáculos, faziam com que muitos testamentos não pudessem ser cumpridos ou só o fossem de forma incompleta e muito tempo depois. Entre os doadores da misericórdia do Porto, há vontades testamentárias que só começaram a ser executadas trinta anos depois da sua morte... A somar a estes obstáculos, por vezes a própria misericórdia tinha dificuldade em rastrear a documentação relativa aos testadores, bem como localizar os bens que estes lhe deixavam. Certo, a confraria do Porto tentava cumprir à risca o estipulado nos testamentos, produzindo uma imagem de idoneidade institucional que era imprescindível para a manutenção do seu capital político e social. Não era tarefa fácil, sobretudo em períodos em que a própria Coroa precisou de lançar mão dos rendimentos das misericórdias, como ao longo de boa parte do século XVII, primeiro com os Filipes e depois com a guerra da Restauração.

27 REIS, João José. *A morte é uma festa*, *op.cit.*, p. 215.

Scanned by CamScanner

Os testadores faziam da encenação do seu funeral um conteúdo obrigatório do seu testamento. Estipulavam a forma como devia decorrer o velório, geralmente acompanhado por ofícios de nove lições, e por numerosas missas, por vezes às centenas, até milhares, e o número de padres que as celebraria. O ofício de nove lições correspondia ao ofício de Matinas, e designa-se deste modo porque era composto por nove leituras; rezava-se de madrugada antes do romper da alva. Com o costume de velar o defunto durante toda a noite começava-se com esse ofício na véspera do enterramento do testador[28]. O cortejo fúnebre era também minuciosamente programado, definindo-se os seus participantes, entre confrarias, coreiros da Sé, ordens religiosas, e pobres. A participação destas instituições e pessoas era objeto de uma contra dádiva, expressa segundo uma escala que ia desde dinheiro em quantias variáveis até distribuição de roupa, comida e bebida depois do enterro no caso dos pobres. O doador devia deixar explicado o que pretendia, encarregando os seus testamenteiros de pagar a esses participantes. Não havia tabelas de preços, embora o costume ditasse ordens de grandeza; em todo o caso, o vocabulário empregue nos testamentos relativamente a estes "pagamentos" inscrevia-se sempre na economia do dom. Havia doadores que dobravam os montantes habituais a pagar por missas e acompanhamentos, ou que escolhiam privilegiar instituições religiosas em detrimento de outras. Embora com a designação de esmola, tratavam-se na verdade de serviços pagos, que podiam inclusivamente profissionalizar quem os desempenhava, transformando a presença de mendigos, meninos órfãos ou merceeiras numa atividade que estes últimos desempenhavam com vista a ganhar as suas vidas. Todavia, eram os clérigos o grupo a sofrer uma evolução mais vincada no sentido de uma profissionalização crescente, separando leigos e eclesiásticos em esferas distintas. Richard Terpstra interpreta-a como sendo o oposto do que se passava nas devoções protestantes, que encaravam o corpo de cristãos como uma grande família[29] .

Embora haja padrões de comportamento estáveis no tocante ao que os doa-

28 Para uma panorâmica dos ofícios divinos cf. SOARES, Franquelim Neiva. A Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira. Visitações quinhentistas. In: FERNANDES, Isabel (coord.). *Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira: história e património*. Guimarães: Fábrica da Igreja Paroquial de N.S.O, 2011, p. 37; Ver também "matinas" em BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico* ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728, v. 5, p. 365.

29 TERPSTRA, Nicholas. Lay Spirituality. In: BAMJI, Alexandra; IANSSEN, Geert and LAVEN, Mary (Eds.). *The Ashgate Companion to the Counter-Reformation*. Farnham: Ashgate, 2013, p. 276.

Scanned by CamScanner

dores estipulavam para os seus cortejos fúnebres – variava apenas a quantidade e a sofisticação das celebrações requeridas –, havia margem para o testador expressar alguma diferença face aos demais, como no caso de Afonso Pires Borreco (m. 1578), que não quis obradas, para não haver estrondo de mulheres[30]. Ou seja, prescindiu de pobres atuando como carpideiras, pagas para atuar no funeral com gritos e choros.

Após as cerimônias fúnebres tinham lugar outras celebrações litúrgicas, que se seguiam a intervalos de tempo regulares, e que os doadores e celebrantes entendiam que teriam a duração do mundo: "até ao fim dos tempos", "enquanto o mundo durar", e que se destinavam a zelar pelo bem estar da alma do doador e eventualmente a dos seus familiares e parentes. Podiam ser de vários tipos: missas rezadas, cantadas, aniversários, etc. Estes eram geralmente constituídos por um ofício de nove lições, que podia ser seguido por um responso sobre a sepultura, num gradação de preços crescente. Quando se pretendiam responsos as indicações do testamento sobre a localização das sepulturas tornavam-se muito precisas: sítio dentro da igreja, letreiros, pedras de armas, outros defuntos aí enterrados, tudo era detalhado para que não houvesse possibilidade de engano. A instituição de uma capela, que tinha por definição a instituição de uma ou mais missas semanais, constituía o mais caro de todos os serviços contratados, uma vez que implicava um capelão próprio. A capela era geralmente objeto de um contrato que o indivíduo celebrava em vida com a instituição religiosa, passando posteriormente a constar do testamento[31]. Nem sempre, contudo, a capela de missas era acompanhada por uma capela no sentido literal do termo, isto é, de um lugar de sepultura.

Os rituais estavam na primeira linha das preocupações dos doadores: passavam à frente de qualquer outro propósito, como o de ajudar os pobres através da caridade. Foi muito raro o benfeitor da confraria que não encomendou missas por alma com caráter perpétuo: cerca de dois terços dos nossos doadores prescreveram-nas no seu testamento; vários atribuíram à misericórdia um modesto censo anual de valor inferior a mil réis para assegurar um número exíguo de missas por ano. Repetimos: os doadores raramente esqueceram os sufrágios pe-

30 AHSCMP, Série H, banco 4, livro 36, fl. 56v.

31 ARAÚJO, Ana Cristina Araújo. *A morte em Lisboa*. *Op. cit.*, p. 404.

Scanned by CamScanner

las suas almas, mas em contrapartida esqueciam muitas vezes de deixar recursos para os pobres. Era depois de pagar todas as obrigações de culto impostas pelos doadores que a misericórdia os ajudava com os excedentes das rendas, por vezes com margens de diferença muito pequenas.

As missas eram geralmente celebradas, por indicação do testador, em momentos altos do calendário litúrgico, que este escolhia criteriosamente, talvez por saber que, independentemente das suas afinidades pessoais de culto, haveria mais gente na igreja a assistir. As constituições sinodais do Porto, bem como as de outras dioceses, procuravam reservar as igrejas para o culto dos fiéis nos domingos e dias santos, evitando missas de corpo presente e ofícios[32], mas os doadores não se coibiam de pedir missas para esses dias; outros, mais precavidos, remetiam para os oitavários respectivos, isto é para os oito dias consagrados à celebração de uma festa solene, ou elegiam os outros dias da semana, com uma preferência pelos sábados. Os fiéis distinguiam entre os dias dedicados a Nossa Senhora (Conceição, Natividade, Apresentação, Purificação, Anunciação, Visitação, Assunção) e as festas de Jesus Cristo (Natal, Circuncisão, Reis, Páscoa, Ascensão, Espírito Santo, Corpus Christi, Transfiguração). Todavia, os preferidos para a celebração de missas eram inequivocamente os oitavários do Natal e da Páscoa, seguidos pelos de Todos os Santos e Fiéis Defuntos. Estas ocasiões, para além de corresponderem a devoções individuais dos doadores, significavam também uma maior afluência às igrejas. Já os responsos sobre a sepultura, ou os ofícios de nove lições eram rezados no aniversário da morte do doador e implicavam uma intenção mais explícita de celebração da memória individual. Além de quererem salvar as suas almas, os doadores queriam perdurar na memória dos vivos. D. Lopo de Almeida, como sabemos o mais marcante doador da misericórdia para o período que nos ocupa, organizou da seguinte forma as comemorações do seu aniversário, a realizar todos os anos no dia da sua morte a 29 de janeiro:

> um ofício de nove lições cantado por doze clérigos e dê de vestir no próprio dia e na véspera a cinco pobres a que tam-

32 Ver *CÔSTITUIÇÕES SINODAES DO BISPADO DO PORTO ord[e]nadas pelo muito reuere[n]do e magnifico Sôr dô Baltasar Li[m]po bispo do dicto b[is]pado etc.* Porto: por Vasquo Diaz Tanquo de Frexenal, 1541, fl. lxxij; *CONSTITUIÇÕES SYNODAES DO BISPADO DO PORTO ordenadas pelo muyto illustre... senhor Dom frey Marcos de Lisboa, bispo do dito bispado &c.* Coimbra: António de Mariz, 1585, fl. 75v-77.

Scanned by CamScanner

bém se dê de jantar. Aos quais se dá calções, roupetões, camisas, sapatos, e carapuças e assistam no ofício com cotas, que para isso lhe manda dar[33].

Embora muitos dos rituais fúnebres seguissem formas litúrgicas codificadas, como as missas e os ofícios, os doadores, embora mais raramente, prescreveram atos de natureza ritual menos banais. André Coutinho, um sacerdote de missa residente na Vidigueira e aí falecido em 1597, que tinha passado 38 anos na China como mercador antes de se ordenar, trouxe, entre valiosíssimas alfaias litúrgicas de manufatura asiática, escravos africanos e asiáticos de várias etnias na viagem de regresso[34]. No seu testamento libertava e beneficiava vários, mas castigava um deles, de seu nome Francisco, alfaiate, mandando que continuasse ao serviço dos carmelitas de Nossa Senhora dos Remédios da Vidigueira, em cuja igreja se situava a sua capela, cuja sepultura o escravo deveria varrer para espiar os seus pecados[35]. Resta saber quais...

Devemos abrir um parêntesis para frisar que, embora os doadores beneficiassem a misericórdia, não era a ela que muitas vezes encomendavam as missas, celebradas sobretudo nos conventos da cidade, nos mesmos onde os doadores queriam ser sepultados, com uma preferência clara pelas ordens mendicantes[36]. No que respeita às capelas de missas, que exigiam geralmente um contrato celebrado em vida, anterior ou contemporâneo da feitura do testamento, essa distinção impõe-se com maior acuidade, uma vez que a misericórdia raramente foi contratada para desempenhar obrigações de capela através dos seus capelães, embora pudesse exercer funções administrativas ou fiscalizadoras. Mais uma vez, era sobre os conventos mendicantes que recaía a preferência dos doadores. Existe uma estratégia clara por parte destes últimos de não confiarem as suas

33 AHSCMP, Série H, banco 6, livro 8, fl. 135.

34 Algumas das peças litúrgicas formam o chamado "Tesouro da Vidigueira" que integra as coleções do Museu Nacional de Arte Antiga, tendo o mesmo sido objeto de uma exposição, acompanhada por uma monografia que integra vários estudos. HENRIQUES, Ana de Castro (Ed.). *Voyages. The Vidigueira Treasure*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 2011.

35 AHSCMP, Série H, banco 2, livro 2, fl. 14v: "para os servir e ter cuidado de varrer a minha capela e igreja e não poderão os padres alienar nem vender nem mudar para outro convento que nele quero faça penitencia de seus pecados".

36 A título de exemplo, 28 doadores declararam querer ser sepultados no convento de S. Francisco; 18 no de S. Domingos, e outros tantos na Sé, enquanto apenas 5 preferiram a Misericórdia.

Scanned by CamScanner

últimas vontades a uma única instituição, de forma a que as várias beneficiárias do seu testamento se vigiassem mutuamente no cumprimento das suas últimas vontades. A misericórdia procurava construir a confiança da comunidade urbana, através da intenção de cumprir fielmente o que os testamentos prescreviam, manifesta nos minuciosos registros elaborados, várias vezes copiados e recopiados, e na constante remissão para registros sobre os mesmos assuntos em outros livros do seu arquivo, cruzando constantemente a informação para a localizar. É um fato que a escrituração da misericórdia do Porto evidencia um rigor e uma prolixidade dignas de nota. Embora a confraria reconhecesse falhas, como por exemplo ao declarar não saber do paradeiro de vários testamentos, ou a impossibilidade de cobrar determinadas rendas, perpassa pela documentação a intenção de cumprir com fidelidade a vontade dos doadores, bem como a de servir os pobres. Este último é na verdade o *leimotiv* que atravessa toda a atuação da confraria, e que a Mesa relembrava constantemente aos seus membros. Não sem ambiguidades, como um olhar mais detalhado pode constatar, mas deixaremos esse assunto para outra oportunidade.

Nem sempre os doadores foram os únicos instituidores de rituais litúrgicos do culto católico; por vezes os confrades instituíram-nos de moto próprio, para lembrar doadores para com os quais tinham deveres de gratidão. Foi o caso de Belchior Pais, filho de um antigo provedor da casa, Gomes Pais, com cujo dinheiro a misericórdia construiu a sua igreja; tratava-se de um mercador falecido na Índia, tendo deixado à misericórdia em 1551 metade do patrimônio que lá constituíra a partir do ano de 1535, quando partira para desempenhar o cargo de escrivão da fortaleza de Malaca[37]. Já D. Maria de Castro, mulher de Fernão Camelo, doou um terreno adjacente a esta, para onde a confraria pôde expandir o seu edificado[38]. Nesses casos, a misericórdia optou por celebrar ofícios de nove lições, mesmo não tendo rendas destinadas a eles; o primeiro no dia da morte do falecimento de Belchior Pais, a 18 de junho, e o segundo a 29 de junho, coincidindo com o dia em que a irmandade se mudou da capela de Santiago no claustro velho da Sé para a sua sede na rua das Flores, no ano de 1550. De notar

37 AHSCMP, Série F, banco 1, livro 1, fl. 259.

38 AHSCMP, série H, banco 6, livro 2, fl. 245; Idem, livro 1, fl. 260v. Fernão Camelo esteve também ligado à expansão oceânica portuguesa, uma vez que foi nomeado como capitão de uma nau para uma viagem à Índia (BRITO. *Op. cit*, p. 126). Ver genealogia em MORAIS, Cristóvão Alão de. *Pedatura Lusitana*. Braga: Carvalhos de Basto, 1997-1998, t. IV, v. 1, p. 297-299.

Scanned by CamScanner

que o preço de cada um destes ofícios, a celebração litúrgica mais cara de entre as que referimos, orçava os 250 reis, que em 1545 corresponderiam sensivelmente ao preço de umas botas de boa qualidade[39]. Nada que arruinasse a misericórdia, embora à época esta ainda lutasse pela sua sobrevivência, dispondo de escassos proventos; em todo o caso, estes ofícios, mesmo celebrados a expensas da confraria, constituíam uma oportunidade para potenciar a construção da coesão dos irmãos em torno de um passado comum, e a mesa não a deixou escapar.

A materialidade dos rituais

Por muitas benesses espirituais que garantissem àqueles que os criavam, o desempenho de rituais estava dependente de bens materiais. Na misericórdia a exceção eram os seus próprios irmãos, que recebiam acompanhamento fúnebre, missas e um ofício de nove lições no momento da morte. De outro modo não os celebraria sem receber o pagamento correspondente, exceto em casos excepcionais (como os dois aniversários por alma de dois doadores "fundacionais"), e na circunstância de serem necessários serviços mínimos, como no caso da encomendação das almas, missas e enterros dos pobres. Para que conventos e confrarias celebrassem rituais, os bens materiais eram indispensáveis: terras que rendessem gêneros e espécie, casas urbanas que pagassem censos e rendas, padrões de juro que garantissem anuidades em dinheiro. Essa a primeira materialidade do ritual. A segunda dizia respeito a todos os objetos sem os quais qualquer performance não se poderia em regra realizar. A capela com lugar de sepultura, e portanto aquela a que correspondia um espaço próprio, fixo, apresentava-se como ideal para encomendar a alma dos defuntos até ao fim dos tempos. No entanto, possuí-la era privilégio de muito poucos, os que deixavam os bens necessários à sua aquisição e construção, ou aqueles cujos antepassados já tinham providenciado no sentido de as instituir. Nos outros casos, quando muito, a conservação da memória do defunto dependia da referenciação que o testador fazia da sua sepultura no testamento respectivo, de forma a que no futuro os padres

39 CRUZ, António. *Algumas observações sobre a vida económica e social da cidade do Porto nas vésperas de Alcácer Quibir*. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1967, p. 81.

Scanned by CamScanner

celebrantes o localizassem (como vimos, para o caso dos que instituíam aniversários com responsos).

Noutras situações, certamente menos onerosas, os objetos desempenhavam um papel importante. Vejamos em primeiro lugar o mobiliário fúnebre. Como dissemos, os portuenses preferiam as ordens mendicantes: S. Domingos, mas principalmente S. Francisco, seguidas por todos os outros conventos da cidade, e pela Sé, bem como pelas igrejas das paróquias de residência dos defuntos. Não podemos falar da igreja da misericórdia como lugar favorito dos portuenses no que toca às sepulturas, porque muito poucos homens e mulheres prescindiram dos conventos e igrejas tradicionalmente mais usados. Nem tão pouco a misericórdia teve o exclusivo das missas por alma dos seus doadores, que estes confiavam muitas vezes às mesmas instituições onde pretendiam ser sepultados, segundo uma lógica, que para João José Reis associava o espaço à eficácia ritual, fazendo coincidir missa e morto no mesmo templo[40]. Já ser levado na tumba da misericórdia exercia maior fascínio junto dos doadores, até porque, a partir de 1593, a Coroa transformou a misericórdia na única detentora de essas fúnebres, que as outras instituições eram obrigadas a alugar[41]. Qualquer misericórdia tinha um sortido de várias tumbas, cujo valor decrescia à medida que se descia na escala social, entre as quais figurava a tumba onde os irmãos eram transportados à sepultura, a primeira de entre todas. Era uma honra que o compromisso da confraria estendia gratuitamente às suas mulheres e viúvas (desde que não voltassem a casar com homem que não fosse irmão) e filhos cujas idades estivessem compreendidas entre os 18 e os 25 anos, isto é, nem demasiado jovens para terem expressão social, nem de idade em que, sendo solteiros, pudessem ser irmãos[42].

Mas, para lá de capelas, lugares de sepultura e tumbas, a materialidade dos rituais era também marcada por pequenos objetos. Uma das preocupações relativamente frequentes dos doadores, expressa nos seus testamentos, era a de doar bens para acender lampadários em determinados altares. Também aqui a igreja da misericórdia não era forçosamente a única beneficiada, mas também

40 REIS, João José. *A morte é uma festa*. Op. cit, p. 205.

41 SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no Império Português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 66.

42 *COMPROMISSO da Misericórdia do Porto [1646]*, cit., p. 57.

Scanned by CamScanner

a sé catedral ou outras instituições religiosas da cidade. Por exemplo, André Fernandes Biscaia, guarda da alfândega, e sua mulher Maria Pais, testando conjuntamente em 1581, deixaram um foro numas casas, no valor de 1400 reis anuais, sendo que mil seriam para alumiar uma lâmpada na confraria de Nossa Senhora das Dores. De notar que nesse ano havia peste na cidade, pelo que o casal fez testamento conjunto a partir do degredo do lado de lá do rio Douro, em Valdamores, onde ambos faleceram[43]. Já Isabel Sanches, em 1581, deixou um almude de azeite proveniente de um seu olival para alumiar a lâmpada do altar mor da igreja da misericórdia, embora a confraria reconhecesse que tinha perdido o testamento da doadora[44]. António de Couros Carneiro, escrivão em 1645 e provedor da misericórdia em 1650, instituía uma missa diária no hospital de Nossa Senhora do Amparo, antigo hospital medieval que fazia parte do grupo dos hospitais incorporado na Misericórdia depois de 1521. O capelão seria nomeado pela sua filha, Catarina Carneiro, que tinha a particularidade de não ser filha da sua mulher, D. Joana de Azevedo. Parte do rendimento que deixava destinava-se a alumiar em permanência a lâmpada do hospital[45]. Outra doadora, Catarina Anes, viúva de mercador, mandou no seu testamento de 1544 comprar um cálice que servisse na Casa, em troca dos bons serviços da misericórdia na execução do seu testamento[46].

Alguns dos objetos que os doadores deixavam em testamento manifestavam a vontade de distinguir entre os dias do tempo comum e as cerimónias solenes, quer as do calendário litúrgico, quer aquelas relacionadas com os aniversários do defunto. André Coutinho, o nosso já conhecido sacerdote de missa regressado da China, por exemplo, deixava para a sua capela, instituída no convento carmelita de Nossa Senhora das Relíquias na Vidigueira, vestimentas para os dias solenes e para os outros dias, bem como alfaias metálicas diferenciadas.

---

43 AHSCMP, série H, banco 6, livro 3, fl. 52; série H, banco 6 livro 1 fl. 38; série H, banco 6 livro 2 fl. 86; AHSCMP, série H, banco 6 livro 14, fl. 59; série H, banco 6 livro 18 fl. 79v; série H, banco 4, livro 36, fl. 154. Valdamores era o local na margem sul do rio Douro onde se faziam as quarentenas de navios e degredos em tempos de rebate de peste. BARROS, Amândio Jorge Morais. *A Morte que vinha do Mar. Saúde e sanidade marítimas num Porto Atlântico (Séculos XV - XVII)*. Porto: Fronteira do Caos, 2013, p. 110, 115. Para uma cronologia dos rebates de doença na cidade, cf. ID., ib., 156-173. Sobre o ano de 1581, p. 168.

44 AHSCMP, série H, banco 6, livro 2, fl. 210; livro 3, fl. 332.

45 AHSCMP, série H, banco 6, livro 14, fl. 322; livro 18, fl. 233v.

46 AHSCMP, série H, banco 6, livro 14, fl. 31.

Scanned by CamScanner

Para os segundos, castiçais de arame contrapostos aos de prata dos domingos e festas; um cálice eucarístico mais pequeno em vez do maior; uma píxide de prata de uso exclusivo nas festas, bem como uma lâmpada para acender nesses dias, enquanto outra ficava para os dias comuns, etc. Da mesma forma, o frontal e vestimenta de tela de ouro, e os sebastos de prata que deixava, destinavam-se apenas aos dias solenes, enquanto muitos outros, de menor valia, ficavam para as ocasiões correntes[47].

Mesmo quando os doadores não estipulavam rituais em benefício direto da salvação das suas almas, preferindo contemplar obras de caridade aos pobres, estas últimas podiam ser convertidas em rituais. Temos disso exemplo no Lava-Pés da misericórdia do Porto. Era uma cerimônia que muitas misericórdias praticaram, sempre em modalidades diferentes, e que consistia em lavar os pés a doze pobres durante a missa de quinta feira maior, antes de sair a procissão das Endoenças, também organizada pela confraria. Constituía um ritual de inversão, uma vez que quem levava a cabo a tarefa eram os mesários da confraria, suspendendo a ordem social na sua fase liminar, para usar a terminologia de van Gennep[48]. No Porto, a misericórdia, criando *ex-novo* este ritual em 1662, agregou ao ato de lavar os pés a pobres a dádiva de roupa; fez convergir três legados testamentários para vestir pobres na cerimônia de Lava-Pés, quando apenas um deles o mandava fazer nessa data, e sem indicar expressamente que o ato devia ser integrado no ritual[49]. A decisão deu lugar a uma cerimônia específica da misericórdia do Porto, em que os doze pobres tinham os pés lavados pelos mesários e vestiam roupa nova. Estava previsto que entrassem na igreja da misericórdia "do mesmo modo que andassem e que assim como o provedor lhe fosse lavando os pés a cada um o fosse levando um irmão da mesa para debaixo do sepulcro onde se vestisse e depois de todos vestidos tirasse também a cada um da igreja, cada irmão da mesa" [50]. Também aqui se manifestava a necessidade de

47 AHSCMP, Série H, banco 2, livro 2, fls. 7 e seguintes.

48 Sobre a decomposição em fases dos rituais de passagem, cf. van GENNEP, Arnold. *Les rites de passage. Étude systématique des rites*, Paris, Picard, 1981, p. 14. Ainda, MUIR, Edward. *Ritual in Early Modern Europe*. 2ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 22 e 114-115.

49 Jerónimo Preto de Lemos, testamento de 1662, AHSMCP, Série H, Banco 6, Livro 1 fl. 219v; Rui Brandão Sanches, testamento de 1576, AHSMCP, Série H, Banco 6, Livro 18, fl. 152; AHSMCP, Série H, Banco 6, Livro 2 fl. 292 e 325; AHSMCP, Série H, Banco 6, Livro 17, fl. 71, fl. 130v; Francisco Pereira de Miranda e sua mulher Guiomar Pereira, testamento de 1584, AHSMCP, Série H, Banco 6, Livro 17, fl 136, 144.

50 AHSMCP, Série H, Banco 6, Livro 2, fl. 219. "Como se há-de fazer o lava-pés". A decisão da Mesa é de 21 de junho 1662 (AHSMCP, Série D, banco 8, livro 5, fl. 372v)

Scanned by CamScanner

desempenhar o ritual com objetos próprios: as bacias do Lava-Pés, geralmente em prata, encontram-se ainda hoje nos espólios das santas casas, ainda que os exemplares que chegaram até nós sejam setecentistas.

Conclusões

Entre a sua fundação e o final do século XVII, a misericórdia do Porto atraiu doações por parte de 257 doadores, provenientes de todos os extratos sociais, mulheres e homens, leigos e eclesiásticos, nobres e plebeus. Se grande parte dos bens deixados à confraria não chegariam para que esta adquirisse um patrimônio significativo, houve casos em que doações singulares representaram uma alavanca de capital muito significativa. Entre os grandes doadores assumem particular importância aqueles que estavam ligados aos espaços da expansão transoceânica ibérica, quer porque testavam a partir de terras longínquas beneficiando a misericórdia, ou porque viviam do trato marítimo. A morte juntava todos estes homens e mulheres em rituais comuns, que operavam uma comunhão entre mortos e vivos, entre os que tinham partido há muito e voltavam depois de mortos, numa espécie de regresso fictício.

Improvisados em situações excepcionais (como no caso da procissão a agradecer pelo fato de mesários e pobres terem saído incólumes da queda de um raio), instituídos e patrocinados pelos doadores (como as cerimônias fúnebres, as missas por alma, os ofícios e responsos), ou desempenhados com regularidade pela confraria a partir de um dado momento em que a sua criação foi julgada oportuna, os rituais eram na verdade uma componente essencial à sobrevivência e "boa saúde" da instituição.

Necessidades políticas de reforçar a coesão da comunidade, efeitos tranquilizadores sobre as inquietações do quotidiano, atos de propaganda da instituição, a verdade é que a misericórdia providenciava rituais, e estes se situavam na primeira linha das suas prioridades. Não seria a única instituição da cidade a fazê-lo, se comparada com igrejas paroquiais, ordens religiosas, cabido e sé catedral, vereação camarária, etc. No entanto, o fato de congregar os doadores em torno da caridade para com os pobres criava uma relação de confiança com a comuni-

Scanned by CamScanner

dade urbana que a confraria procurava exaltar através dos rituais. Por outro lado, graças a uma rede de correspondência que passava pela misericórdia de Lisboa, a misericórdia do Porto seria provavelmente uma das poucas instituições da cidade que conseguia fazer a ligação entre a sua população e os seus familiares ou parentes defuntos que tinham emigrado para o Império.

Não é de estranhar que, em cidades onde o prestígio de instituições e de grupos sociais tinha de ter expressão imediata através de rituais que todos podiam presenciar, a Misericórdia os tivesse também adaptado no seu quotidiano. A necessidade de produção do ritual revelava-se constante, como forma de aplacar as ansiedades coletivas e individuais em torno da salvação da alma, e da própria segurança e sobrevivência da comunidade; como estratégia de consolidação da própria instituição, através de um diálogo permanente entre vivos e mortos, travado através do léxico da religião católica. Para os séculos XVI e XVII, os rituais cumpriam ainda a função de lembrar aos portuenses que existia uma instituição que juntava todos sob o manto da Misericórdia, que procurava manter alguma harmonia entre grupos de estatuto desigual, e que, sobretudo, cumpria devidamente as sagradas vontades dos que a tinham favorecido, acima de que qualquer outra instância institucional: os seus defuntos, *os que Deus tinha*. E essa gratidão tinha de se materializar através de rituais, que funcionavam como uma componente essencial da criação de uma comunidade que envolvia presentes e ausentes, vivos e mortos. Esses rituais exigiam, para além de *performers*, coisas: lugares ou espaços de representação como igrejas e capelas, tempos especiais do calendário litúrgico, vestes e alfaias, lâmpadas acesas em altares. Para os desempenhar, era necessário transformar rendas em gêneros e dinheiro, padrões de juro em bens de natureza espiritual, que por sua vez requeriam as materialidades inerentes aos espaços e objetos próprios dos rituais. Ou seja, operar uma circulação permanente entre gêneros de valores através conversões do material para espiritual e deste para o material. Que, no caso vertente, podiam envolver demoradas viagens transoceânicas de ida e volta, trocando cartas de emigrantes, testamentos, e sobretudo, riqueza.

Scanned by CamScanner